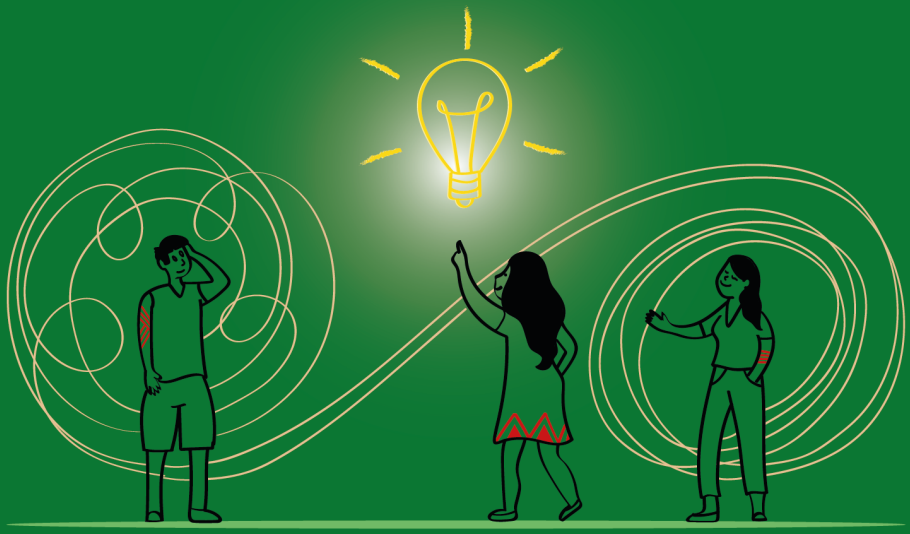
SISTEMATIZAÇÃO DO PROCESSO DE FORTALECIMENTO DE ORGANIZAÇÕES INDÍGENAS



SISTEMATIZAÇÃO DO PROCESSO DE FORTALECIMENTO DE ORGANIZAÇÕES INDÍGENAS

EXPEDIENTE

CESE – Coordenadoria Ecumênica de Serviço
Regularização e Gestão - Outubro de 2022

Redação Mara Vanessa Dutra
Vinícius Benites Alves
Antônio Dimas Galvão

Design e Ilustração Odara - Desenvolvimento Evolutivo

DIRETORIA INSTITUCIONAL

Presidenta Pastora Helivete Ribeiro Pinto Bezerra (Aliança de Batistas do Brasil)

Vice-Presidenta Presbítera Eleni Rodrigues Mender Rangel (Igreja Presbiteriana Independente do Brasil)

Primeiro Secretário Pastor Cláudio Márcio Rebouças da Silva (Igreja Presbiteriana Unida)

Segundo Secretário Diácono Luciano Lima Santana (Igreja Católica Apostólica Romana)

Primeiro Tesoureiro Bispo João Câncio Peixoto Filho (Igreja Episcopal Anglicana do Brasil – IEAB)

Segundo Tesoureiro Pastor Renato Küntzer (Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil – IECLB)

Conselho Fiscal Josileide José dos Santos (Aliança de Batistas do Brasil)
Carmem Andréa Blaas Rodrigues (Igreja Episcopal Anglicana do Brasil)
Pastor Sidney Retz (Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil – IECLB)

Suplente Júlia Taís Campos Ribeiro de Oliveira (Igreja Católica Apostólica Romana)

COORDENAÇÃO EXECUTIVA

Diretora Executiva Sônia Gomes Mota

Coordenadora do Setor de Comunicação Patrícia Gordano

Coordenador do Setor de Projetos e Formação Dimas Galvão

Coordenadora do Setor Administrativo-Financeiro Daniel Musse Pereira

Esta cartilha é parte do projeto Fortalecimento Institucional – Fase 2 (2021-2022), desenvolvido com apoio de Instituto Clima e Sociedade e Fundação Ford.

Índice

1. Introdução 6
2. Antecedentes: por que e como esse projeto foi iniciado 7
3. Parceria com a COIAB, definição das áreas de apoio e estruturação do projeto 8
4. Fases do Projeto 10
5. Situação em dados quantitativos em novembro de 2022 12
6. Momentos de avaliação 13
7.1. Seleção das propostas para regularização 14
7.2. Formação 28
7.3. Assessoria jurídica 41
7.4. Elaboração dos projetos 49
7.5. Questões de execução 55
8. Projetos de apoio à gestão e comunicação 62
9. Projetos de apoio às Organizações de Mulheres Indígenas para comunicação 64
10. Resultados 68

Contextualização sobre o Projeto de Fortalecimento das Organizações Indígenas

1. Introdução

Os movimentos sociais e populares passam por renovação constante e assim também acontece no movimento indígena. Muitas vezes, a memória do que se viveu só fica acumulada nas organizações ou no movimento de forma oral, na lembrança de quem viveu aqueles momentos. Por isso, é importante ter o registro e a sistematização das experiências, para gerar aprendizados e para auxiliar as organizações e o movimento a reavivarem e manterem sua memória. Internalizar as experiências vividas e seus aprendizados e transformar a prática em objeto de conhecimento é um grande desafio para todas as pessoas e organizações envolvidas.

É por isso que a CESE apresenta esta sistematização da experiência de fortalecimento das organizações indígenas, uma iniciativa inovadora realizada em estreita parceria com a COIAB.

2. Antecedentes: por que e como esse projeto foi iniciado

Em 2017 a CESE iniciou uma parceria com a COIAB que resultou na elaboração do projeto Dabucury para o Fundo Amazônia, que previa, entre outras ações, o apoio a projetos a serem acessados diretamente por organizações indígenas.

Com o fechamento daquele Fundo, o projeto não foi sequer apoiado, porém abriu a possibilidade para a CESE realizar, em parceria com a COIAB, a iniciativa de regularização de organizações indígenas (OIs) da Amazônia.

Essa era uma forte demanda da COIAB e uma necessidade, para que as OIs pudessem acessar diretamente recursos do próprio projeto Dabucury, de fontes diversas, inclusive e sobretudo do novo Fundo Indígena Podáali, que estava em processo de criação à época.

Havia também a necessidade de se mapear as OIs existentes na Amazônia e um dos objetivos dessa ação era gerar um banco de dados para a própria COIAB.

O projeto de Fortalecimento das Organizações Indígenas foi iniciada em 2019 e teve como apoiadores a Fundação Ford e a Embaixada da Noruega, posteriormente o Instituto Clima e Sociedade/ICS. Com o ICS, o projeto ampliou sua capacidade de apoio, abrindo possibilidade de acesso a um segundo financiamento nos temas de gestão e de comunicação para OIs já regularizadas; e também um segundo apoio específico para organizações de mulheres (OMIs), ou que tivessem mulheres em sua diretoria, também com foco na comunicação.

3. Parceria com a COIAB, definição das áreas de apoio e estruturação do projeto

O desenho do projeto foi feito em diálogo entre a CESE e a COIAB. Considerando a limitação dos recursos e a capacidade de execução face à enormidade da demanda e a vastidão do território (os nove estados da Amazônia Legal), a decisão foi apoiar inicialmente 50 OIs. A base para esse cálculo foram as regionais da Coiab, que, na época, eram 46 e depois passaram a ser 64. O desenho também previu fazer as chamadas por grupos de três estados, seguindo o formato utilizado pela COIAB: Pará, Amapá e Maranhão; Amazonas, Roraima e Acre; Rondônia, Mato Grosso e Tocantins. Para cada estado, o número de vagas para projetos apoiados correspondia ao número de regionais, embora não houvesse obrigatoriedade de ter propostas de cada regional, mas sim considerar o que viesse do estado como um todo.

O projeto foi inovador pois possibilitou a inclusão de rubricas que normalmente a CESE não permite em pequenos projetos

como pagamento de despesas que viabilizassem a regularização de organizações indígenas, portanto, aberto a cobrir dívidas junto à Receita Federal ou a outras instâncias, contratação de contador/a, taxas cartoriais, realização de assembleias, entre outras.

Uma outra inovação, importante e necessária, foi a incorporação de uma assessoria jurídica permanente em todas as fases do projeto, inclusive, no processo de seleção e análise das propostas. Além disso, tiveram um papel de acompanhar todo o desenvolvimento das ações de regularização de cada organização indígena até a sua conclusão. Foi contratado o escritório Dora e Oliveira – Sociedade Advocatícia, especializado nesse tema e que tem como um dos sócios o primeiro advogado indígena do Brasil, Dr. Paulo Pankararu.

Também foi definido que, para cada grupo de OIs selecionadas, seria realizada uma formação, após a qual apresentariam seus projetos à CESE para receberem os recursos financeiros, através do Programa de Pequenos Projetos. Foi elaborado um roteiro específico para apresentação dos projetos, diferente do roteiro convencional da CESE para pequenos projetos.

4. Fases do Projeto

O projeto de regularização foi executado em 4 chamadas:

1ª. Chamada: Pará, Maranhão e Amapá: 34 propostas recebidas e 13 selecionadas.

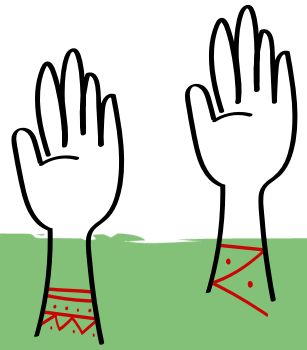
2ª. Chamada: Amazonas, Roraima e Acre: 35 propostas recebidas e 25 selecionadas.

3ª. Chamada: Rondônia, Mato Grosso e Tocantins: 51 propostas recebidas e 12 selecionadas.

4ª. Chamada: Amapá, Maranhão, Amazonas, Acre, Roraima, Rondônia, Mato Grosso e Tocantins: 21 propostas recebidas e 17 selecionadas.

Para as primeiras 3 Chamadas, foram lançados editais abertos, divulgados pela CESE, pela COIAB e por parceiros indígena e indigenistas. Para participar, as OIs preenchiam um roteiro (páginas 15 a 17) e o enviavam à CESE. A lista das apoiadas nas quatro chamadas está nas páginas 20 a 23.

A quarta chamada foi feita por carta-convite, a partir de indicações da COIAB, que por sua vez solicitou essa indicação de suas bases, e as iniciativas foram apoiadas com recursos remanescentes do projeto.



Apoio para gestão e comunicação:

Este segundo apoio - voltado para OIs que já haviam se regularizado na fase anterior - foi feito a partir de carta-convite da CESE àquelas organizações que haviam executado seu projeto de regularização ou estavam em fase de finalização do processo, demonstrando capacidade de execução e envolvimento.

Foram apoiadas 11 organizações (lista na página 24).

Apoio para Organizações de Mulheres Indígenas:

Também foi feito por meio de carta-convite, a partir das organizações apoiadas na primeira fase e também de sugestões da COIAB para inclusão de novas OMIs (que não haviam sido apoiadas em sua regularização pelo projeto da CESE).

O foco do apoio a esse grupo foi a comunicação, por haver um entendimento de que era preciso visibilizar o trabalho e a organização das mulheres indígenas, tanto para dentro como para fora do movimento indígena.

Foi realizada uma formação específica com participação de 27 OMIs, das quais 15 convidadas para apresentar projeto e quatro propostas apoiadas, cuja lista está na página 24.

5. Situação em dados quantitativos em novembro de 2022

- Número de OIs apoiadas para regularização: **67**
- Número de OIs regularizadas: **37**
- Número de OIs que já prestaram contas à CESE: **49**
- Número de prestações de conta insatisfatórias: **19**
- Número de OIs que ainda estão executando seus projetos: **18**
- Número de OIs apoiadas para gestão e comunicação: **11**
- Número de OIs que já prestaram contas: **7**
- Número de prestações de contas insatisfatórias: **1**
- Número de OMIs apoiadas: **4**
- Número de projetos de OMIS ainda em execução: **3**
- Número total de projetos apoiados: **83**
- Números e prestações de contas recebidas: **56**
- Número de prestações de conta insatisfatórias: **20**
- Número projetos ainda em execução: **27**

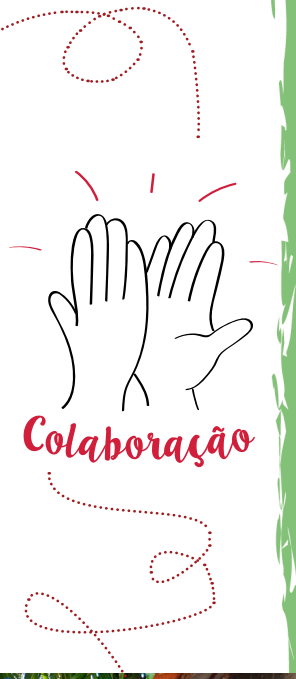
6. Momentos de avaliação

A CESE promoveu dois encontros virtuais de avaliação:

- Um com 20 organizações da 1ª, 2ª e 3ª Chamadas
- Um com 19 organizações da 4ª Chamada

Promoveu ainda um encontro presencial, em novembro de 2022, com representantes de 30 OIs.

Esta sistematização se baseia nos resultados desses encontros de avaliação e em entrevistas com equipe da CESE e com Assessoria Jurídica.



Projetos de Regularização das Organizações Indígenas

7.1. Seleção das propostas para regularização

Como foi feita e porque foi assim

Foi elaborado um roteiro de inscrição (em conjunto por CESE, COIAB e assessoria jurídica) para as OIs que desejassem concorrer à chamada.

FORTALECIMENTO DE ASSOCIAÇÕES INDÍGENAS DA AMAZÔNIA BRASILEIRA

QUESTÕES PARA CONHECER A SITUAÇÃO ATUAL DA ASSOCIAÇÃO

NOME DA PESSOA RESPONSÁVEL PELA ASSOCIAÇÃO:

TELEFONE:

EMAIL:

NOME, TELFONE E EMAIL DA PESSOA QUE PREENCHEU ESTA FICHA (se não for a mesma):

SOBRE O CADASTRO

1) Qual o nome e a sigla da Associação?

1.a) A associação tem sede própria?

( ) Sim ( ) Não

1.b) Qual o endereço da associação?

2. A Associação atua com qual povo ou povos indígenas?

3. A Associação atua em qual ou quais Terras Indígenas? Quantas aldeias (colocar nome da ou das aldeias)? Qual ou quais municípios?

4. Nesse território onde a associação atua existem outras organizações indígenas? Como se relacionam?

5. Quando a Associação foi criada?

6.Por que foi criada a Associação?

7. Há uma Diretoria ou Coordenação eleita?

( ) Sim ( ) Não

7.1. Se sim, quais são os cargos e atuais representantes? Todos estão ocupados ou há algum sem representação?

8. A Associação possui uma equipe de trabalho? Se sim, quais são e em que área atuam? Tem equipe remunerada?

9. Quais as atividades da Associação? O que ela está fazendo no momento?

SOBRE A SITUAÇÃO LEGAL

1. A Associação foi registrada em cartório?

( ) Sim ( ) Não

Se sim:

1.1. Quando a Associação foi registrada em cartório?

1.2. Onde a Associação foi registrada?

1.3. Qual o CNPJ da organização?

Se não,

1.4. Há interesse em registrar a Associação em cartório?

( ) Sim ( ) Não

1.5. Quais as principais dificuldades para registrar a Associação em cartório?

2. A Associação paga impostos? Se sim, quais?

2.1. Há impostos atrasados? Se sim, quais?

3. A Associação possui alguma assessoria jurídica e/ou contábil? Se sim, favor informar o nome, telefone e e-mail.

4. A Associação já assinou algum convenio ou contrato com a União, Estado ou Município?

5. A Associação possui dívidas? Se sim, com quem e quanto?

6. A Associação é parte em processos no Tribunal de Contas da União, na Justiça Federal, Justiça comum ou justiça do trabalho?

7. Por que vocês têm interesse colocar em dia a Associação?

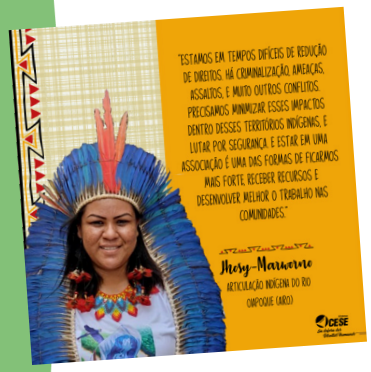
NOME (E FUNÇÃO) DAS PESSOAS QUE PARTICIPARAM DO PREENCHIMENTO DESTA FICHA:

Documentos a serem apresentados:

1 – Ata de fundação da Associação

2- Estatuto da Associação

3 – Ata da Assembleia Geral e de posse da coordenação



Para cada chamada, foi feito um card de divulgação. Na 2ª Chamada, foi feito um vídeo com uma das coordenadoras da COIAB incentivando as OIs a se inscreverem (inserir LINK para vídeo). Foram contatados os representantes da COIAB de cada região bem como organizações indígenas e indigenistas parceiras da CESE e da COIAB para divulgarem as chamadas.

Para a seleção da proposta, foi feita inicialmente uma triagem observando se eram de organizações indígenas (houve alguns poucos casos em que organização não indígenas enviaram propostas) e se haviam preenchido o formulário e anexado os documentos solicitados ou se justificavam o não envio de tais documentos.

A seleção das propostas foi feita sempre por um Comitê formado por duas pessoas da CESE, duas da COIAB e dois da assessoria jurídica. A COIAB optou por enviar, a cada vez, representantes indígenas de outra região que não a de origem das propostas, para garantir maior isenção.

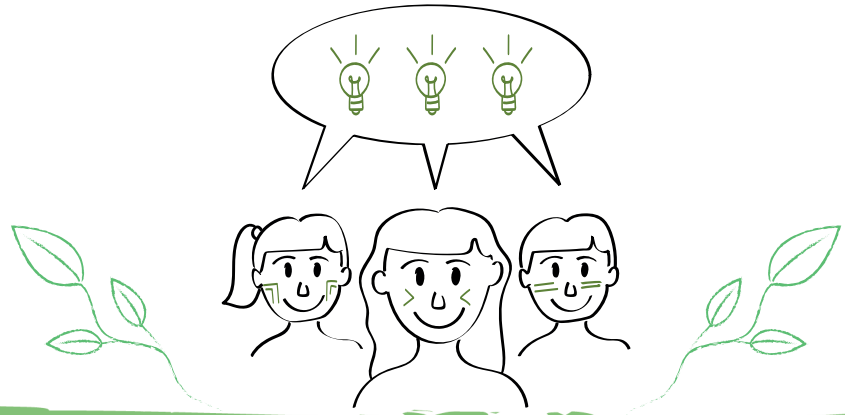
Foi criada uma planilha com critérios para seleção das inscrições. Os critérios utilizados para análise foram: (a) a localização da organização, garantindo a máxima abrangência do projeto; (b) o alcance da atuação e importância política da organizações em relação aos povos, comunidades e região; (c) as condições reais de resolução das pendências indicadas considerando o tempo (seis meses) e os recursos disponíveis pelo projeto (assessoria jurídica e aproximadamente dez mil reais); (d) as informações e documentos compartilhados pela organização em atenção à chamada; (e) a capacidade da organização de se manter sustentável após a regularização.

O Comitê se reunia por dois dias e analisava cada uma das propostas recebidas, até chegar ao número de propostas selecionadas de acordo com as vagas daquelas regiões (essas vagas foram definidas pelo número de regiões da COIAB por estado - cada região representando uma vaga). Isso não significou que cada região teve uma OI apoiada, porque nem sempre chegaram propostas de todas as regiões, mas o número de regiões serviu de parâmetro para o número de OIs a serem apoiadas por estado. Em alguns casos, foi criada uma "lista de espera" com as organizações que não foram selecionadas, porém que seriam contatadas quando houvesse nova oportunidade de recursos para ampliar a cobertura do projeto.

OIs selecionadas por estado:

Primeira Chamda

Nome da Organização Indígena	Sigla	Estado
Associação Indígena Iwipuraga da Aldeia Borari de Alter do Chão	AIABA	PA
Coletivo de Mulheres Indígenas Suraras do Tapajós	SURARAS	PA
Associação Indígena das Aldeias Areião e Tabocal da Tribo Guajajara de Bom Jardim - MA	WIRAPURU	MA
Associação de Mulheres Indígenas do Povo Arapiun	ARAPIUN	PA
Associação de Mulheres Indígenas da Região do Município de Oriximiná	AMIRMO	PA
Associação de Pais E Mestres Indígenas Cei General Bandeira de Melo - Associação Canela	CANELA	MA
Associação Indígena Pariri	PARIRIP	PA
Associação dos Povos Indígenas Trombetas-Mapuera	APITMA	AP
Organização dos Índios Kayapo do Bau	OIB	PA
Associação Comunitária Nayrui-Taw Taruma Chupe e Lagoa Quieta	NAYRUI-TAW	MA
Associação do Povo Indígena Karipuna	AIKA	AP
Associação Indígena Palikur	AIPA	AP
Associação Wajapi Terra, Ambiente e Cultura	AWATAC	AP

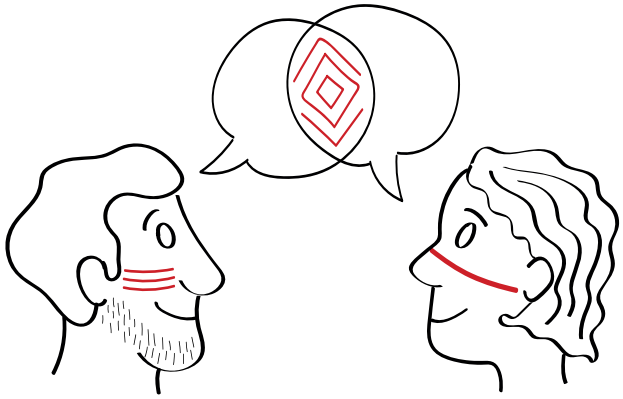


Segunda Chamda

Nome da Organização Indígena	Sigla	Estado
Organização do Povo Indígena Parintintin do Amazonas	OPIPAM	AM
Associação dos Produtores Indígenas de Tabalascada	APIT	AM
Associação dos Professores Indígenas do Município de Lábrea - Amazonas	APIMLA	AM
Associação das Mulheres Indígenas do Rio Negro	AMIARN	AM
Organização dos Povos Indígenas Tora, Tenharin, Apurina, Mura, Parintintin e Piraha	OPITTAMPP	AM
Conselho Indígena Do Povo Tukuna/Kanamari Dos Rios Jutaí E Juruá	CIKAJU	AM
Associação da Comunidade Kanamari de Flecheira	ACKF	AM
Associação do Povo Indígena Jiahui	APIJ	AM
Associação dos Produtores Kaxinawa da Aldeia Paroa	APROKAP	AC
Associação dos Povos Indígenas Tenharim Igarapé Preto	APITIPRE	AM
Organização dos Povos Indígenas do Rio Envira	OPIRE	AC
Associação do Povo Indígena Tenharim Morogita	APITEM	AM
Associação das Mulheres Indígenas Satere - Mawe	AMISM	AM
Organização dos Povos Indígenas Apurina e Jamamadi	OPIAJ	AM
Associação dos Povos Indígenas Shanenawa da Aldeia Shanekaya	SHANEKAYA	AC
Organização dos Povos Indígenas do Alto Madeira	OPIAM	AM
Movimento dos Estudantes Indígenas do Amazonas	MEIAM	AM
Associação dos Artesãos e Cultura Indígena de Umariacu	ACIU	AM
Instituto de Etnodesenvolvimento-Ngutapa	NGUTAPA	AM
Associação Marubo de São Sebastiao	AMAS	AM
Organização dos Professores Indígenas do Acre	OPIAC	AC
Conselho do Povo Indígena Ingarico	COPING	RR
Manxinerine Ywptowka	MY	AC
Associação Manxinerune Tsihi Pukte Hajene	MATPHA	AC
Organização dos Povos Indígenas Apurina e Jamamadi de Boca do Acre	OPIAJBAM	AM

Terceira Chamda

Nome da Organização Indígena	Sigla	Estado
Organização de Mulheres Indígenas Takina	TAKINA	MT
Associação Nunerimane do Povo Indígena Apurina de Rondônia	ANPIAR	RO
Associação do Povo Indígena Kraho-Kanela	APOINKK	TO
Associação Indígena Tahiru	TAHIRU	TO
Associação Indígena Pio Auwe Uptabi	PIO AUWE UPTABI	MT
Associação do Povo Da Floresta Kaban - Ey - Surui	KABAN - EY - SURUI	RO
Associação Indígena Xavante Norotsu Ra	AXINOR	MT
Associação Indígena Mapayrap Karorap	MAPAYRAP KARORAP	RO
Associação do Povo Awa	APAWA	TO
Organização dos Professores Indígenas de Rondônia e Noroeste do Mato Grosso	OPIRON	RO
Associação Hahi de Mulheres Kraho	HAHI	TO
Associação Map Pay Tap Karo	MAP PAY TAP KARO	RO



Quarta Chamda

Nome da Organização Indígena	Sigla	Estado
Articulação dos Povos Indígena do Tocantins	ARPIT	TO
Associação de Desenvolvimento Comunitário do Povo Marubo do Alto Rio Curuca	ASDEC	AM
Associação Indígena Matis	AIMA	AM
Organização dos Povos Indígenas de Rondônia, Noroeste do Mato Grosso e Sul do Amazonas	OPIROMA	RO
Conselho Geral da Tribo Tikuna	CGTT	AM
Associação Indígena do Sahu-Ape da etnia Satere-Mawe	AISA	AM
Articulação Indígena do Rio Oiapoque	AIRO	AP
Organização das Aldeias Marubo do Rio Itui	OAMI	AM
Articulação Indígena do Povo Galibi Marworno	AIPGM	AP
Instituto Yukamaniru de Apoio as Mulheres Indígenas Bakairi	YUKAMA-NIRU	MT
Associação das Mulheres Indígenas Ticuna	AMIT	AM
Associação do Povo Indígena Wai Vai	APIW	RR
Organização dos Povos Indígenas do Rio Juruá	OPIRJ	AC
Organização Geral dos Professores Ticuna Bilingues	OGPTB	AM
Organização Geral dos Mayuruna	OGM	AM
Conselho dos Povos Indígenas de Jutaí	COPIJU	AM
Coordenação das Organizações e Povos Indígenas do Amazonas	COIPAM	AM

Gestão e Comunicação

Nome da Organização Indígena	Sigla	Estado
Conselho do Povo Indígena Ingaricó	COPING	RR
Instituto de Etnodesenvolvimento-Ngutapa	NGUTAPA	AM
Associação de Mulheres Indígenas do Povo Arapiun	ARAPIUN	PA
Associação Wajapi Terra, Ambiente e Cultura	AWATAC	AP
Associação dos Povos Indígenas Shanenawa da Aldeia Shanekaya	SHANEKAYA	AC
Organização dos Povos Indígenas do Rio Envira	OPIRE	AC
Associação do Povo Awa	APAWA	TO
Associação de Mulheres Indígenas Suraras do Tapajós	SURARAS	PA
Associação Indígena Mapayrap Karorap	MAPAYRAP KARORAP	RO
Associação de Desenvolvimento Comunitário do Povo Marubo do Alto Rio Curuca	ASDEC	AM
Organização dos Professores Indígenas de Rondônia e Noroeste do Mato Grosso	OPIRON	RO

Apoio para Organizações de Mulheres Indígenas

Nome da Organização Indígena	Sigla	Estado
Organização De Mulheres Indígenas Do Acre, Sul Do Amazonas E Noroeste De Rondônia	SITOAKORE	AC
Articulação Das Mulheres Indígenas Do Maranhão	AMIMA	MA
Associação Das Mulheres Indígenas Do Rio Negro	AMIARN	AM
Associação Das Guerreiras Indígenas De Rondônia	AGIR	RO

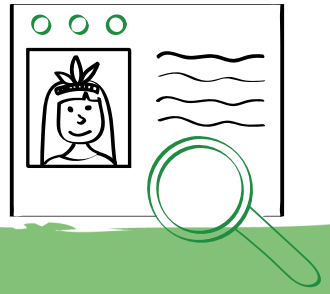
Após o parecer do Comitê, as OIs eram contatadas pela CESE e convidadas para participar da formação, que era o primeiro passo para o processo de regularização.

O que funcionou bem

- O trabalho do Comitê consolidou a parceria CESE-COIAB-Assessoria Jurídica, sendo que o protagonismo na decisão final sobre que OIs apoiar coube sempre à COIAB.
- A COIAB utilizou os espaços de sua rede - reuniões, assembleias, encontros - para divulgar as chamadas.
- Organizações de diversos tamanhos e de povos indígenas diferentes se inscreveram, o que significa que a divulgação chegou a muitos lugares e povos.
- As organizações indigenistas parceiras apoiaram a divulgação das chamadas.
- As últimas OIs apoiadas foram indicadas pela COIAB e suas bases estaduais, o que, em tese, colaborou para o fortalecimento da rede COIAB como um todo.

O que não funcionou tão bem

- Em quase todas as chamadas, a CESE teve que ampliar o prazo para recepção das propostas, devido ao baixo número recebido no prazo inicial. Isso se deveu, em parte, a dificuldades na divulgação das chamadas: não conseguiram chegar a todos os povos em cada estado.
- Em alguns casos, os representantes regionais da COIAB não responderam ao contato ou mesmo não foram localizados (números de telefone caducos, entre outras dificuldades). Nesses casos, não fizeram a divulgação das chamadas.
- O roteiro de inscrição apresentou pequenas falhas e foi sendo ajustado ao longo das chamadas.
- O roteiro de inscrição não aportava elementos suficientes para a seleção. Eram sempre necessárias informações adicionais.
- Nem sempre o Comitê conseguia reunir informações estratégicas sobre as OIs inscritas para auxiliar na seleção.
- A planilha com critérios de seleção demonstrou ser de pouca utilidade quando utilizada caso a caso, porém serviu de base para uma consolidação de critérios pelo Comitê.
- A base de dados (OIs solicitantes e selecionadas) não foi absorvida pela COIAB.



Aprendizados, desafios e recomendações

- É necessário ter uma visão estratégica de cada estado e um conhecimento prévio mais apurado sobre as OIs solicitantes para evitar equívocos na seleção das propostas.
- Olhar para as lacunas (onde não há OIs regularizadas) poderia ser um critério para dirigir novas chamadas.
- A importância estratégica das OIs (povo, região, capacidade de mobilização) poderia ser um critério para seleção.
- Perspectiva de apoio direcionado, pensando em fortalecimento de redes, pode ser mais efetivo, gerando maior interação (pensar em territórios e regiões de forma sistêmica).
- Um critério para seleção poderia ser o compromisso da OI com o movimento e sua relação com a missão da COIAB (essa questão deveria estar explícita no formulário de inscrição).
- Ter um comitê tripartite (CESE-COIAB-Assessoria Jurídica) foi fundamental para a consolidação do processo de seleção das OIs e da parceria para execução do projeto.
- Quando a seleção é feita por indicação da COIAB e suas bases estaduais, fortalece a rede, promovendo maior presença da COIAB e das organizações estaduais junto às OIs de base.
- Utilizar mais vídeos e coletivos de comunicação

indígena (mídias indígenas) para divulgação das chamadas para garantir maior abrangência.

- Traduzir as chamadas nas línguas indígenas das regiões para as quais é dirigida.
- Ter a fala da presidência e outras direções das OIs apoiadas em vídeos de divulgação pode dar mais confiança às OIs para se inscreverem.

7.2. Formação

Como aconteceu

As duas primeiras chamadas tiveram formação presencial: Pará, Amapá e Maranhão; depois Amazonas e Roraima; e finalmente Amazonas e Acre. Foram dois representantes por organização, com recomendação que houvesse paridade de gênero sempre que possível.

A CESE propôs a metodologia para a formação, utilizando diversas dinâmicas e tendo como base a abordagem freiriana da educação popular. O momento inicial, de chegança, era quando todas as pessoas se apresentavam e apresentavam suas respectivas associações. O próximo momento era de reflexão sobre o que significa uma associação forte e uma auto avaliação (usando uma metáfora: balaio cheio-balaio vazio, com pontuação de 1 a 5) a partir dos aspectos indicados pelo grupo.

Em seguida, colegas da assessoria jurídica faziam uma apresentação sobre a questão mais ampla das organizações indígenas em relação ao marco legal do estado brasileiro e, num segundo momento, uma apresentação específica sobre as questões que envolvem a criação e manutenção de uma associação.

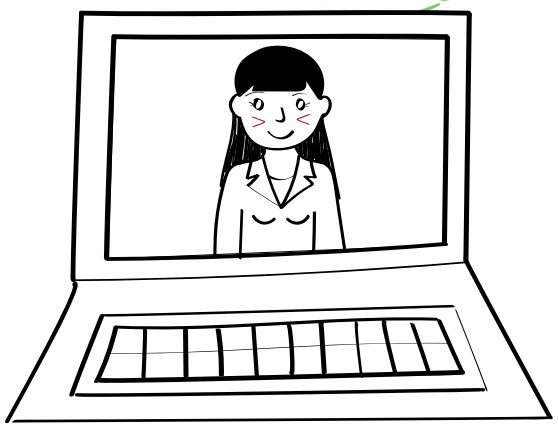
O quarto momento era a apresentação, pela CESE, dos passos para a execução do projeto e do formulário adaptado para o projeto de fortalecimento das OIs, com um exercício de preenchimento desse roteiro.

De forma paralela, os advogados faziam um atendimento específico com cada organização indígena, buscando informações fundamentais para iniciar o processo. Essas reuniões de atendimento foram parte importante da formação.

Por sugestão de uma participante indígena na primeira formação, foi feita uma roda de conversa exclusiva com as mulheres, o que se tornou uma prática em todas as formações posteriores.

Por último, os/as presidentes de associação presentes (no caso das formações presenciais) iam com as assessorias jurídicas até o cartório para assinarem uma procuração.

As associações selecionadas na terceira e na quarta chamada tiveram formação online.



Para esse novo desafio, foram formatadas sessões virtuais:

- Sessão de acolhimento e sessão de reflexão sobre as associações - conduzidas pela CESE.
- Conteúdo administrativo-jurídico: as informações eram enviadas por card e por áudio (áudio-aula via whatsapp) uma semana antes e, na semana seguinte, havia uma sessão com os advogados para tirar dúvidas e conversar sobre o assunto. Foram feitas quatro etapas dessa formação. A cada etapa, havia uma tarefa a ser respondida pela associação.
- Elaboração do projeto: apresentação do roteiro pela CESE e aula sobre elaboração de orçamento e prestação de contas. Exercício de preenchimento dos roteiros pelas associações. Sessão para tirar dúvidas.
- Sessão exclusiva para mulheres: roda de conversa.

Para a realização da formação virtual, a CESE procurou facilitar (com apoio financeiro) o acesso das representações das OIs à internet, o que, em muitos casos, significava viajar até a sede do município.

O que funcionou bem

- A formação contribuiu para uma maior autonomia das associações: aumentou o conhecimento, auxiliou na melhoria da gestão de projetos, subsidiou a saída das associações da inadimplência com informação e conhecimento, aprendizado sobre o papel da diretoria e da associação.
- As formações mesclaram temas transversais da CESE e das culturas envolvidas, não foi um pacote de cima pra baixo.
- Quanto ao conteúdo administrativo-jurídico: dirigentes de associações já sabem alguma coisa, não partem do zero. Há dificuldades de entendimento, o que é normal, mas é espaço de aprendizado coletivo.
- Os atendimentos específicos foram espaço significativo de formação.
- Dentro do que se podia, teve uma abordagem suficiente sobre direitos e sobre a parte jurídica, mas não de forma ampla - isso teria que ser outro projeto. Seria pretensão ter aprofundamento maior na formação. Mesmo pessoas com ampla experiência no movimento indígena têm dúvidas recorrentes. Seria pretensão querer só ensinar, por ser uma via de mão dupla.

- As rodas de conversa só de mulheres, com participação da UMIAB, foram momentos muito significativos e bem avaliados pelas mulheres indígenas participantes.
- As formações presenciais permitiram intercâmbio entre as OIs, o que foi considerado muito positivo: espaços para aprender e ensinar.
- A metodologia foi considerada muito boa, sobretudo nas formações presenciais. Palestrantes objetivos, linguagem adequada. Destaque para a linguagem encontrada pelos advogados para explicar a parte jurídica. Sugestão de utilizar mais analogias com a realidade de cada povo como foi a metodologia do balaio.
- Houve aprendizado sobre impostos, contabilidade, gestão financeira.
- A logística funcionou bem, nenhuma OI deixou de participar (100% de presença nas formações virtuais).
- A parceria Cese e Coiab funcionou bem.
- Na formação virtual, o aprendizado é mais autodidata, por isso a metodologia desenvolvida para a parte administrativa-jurídica foi mais de informação que de formação.
- O material (conteúdo) sistematizado pela assessoria jurídica para a formação virtual ficou muito bom e pode servir para futuras formações e utilização em outros momentos.
- Mesmo no formato virtual, a roda de conversa das mulheres indígenas funcionou bem.
- Foram boas e didáticas as orientações para a formação virtual, como entrar na reunião etc.

"É muito difícil ver mulheres nos espaços de formação na estrutura das organizações e a Cese trouxe isso."

(Tania Aldenaeide Brandão Shanenawa - SHANEKAYA)

"Aprendemos a escrever projetinho."

(Eldo Carlos Gomes Barbosa Shanenawa - OPIAC)

O que não funcionou tão bem

- Gestão administrativa e financeira: o módulo de orçamento - memória de cálculo - foi menor do que precisaria ter sido. Seria necessário focar mais na área de contabilidade, na gestão dos recursos. Pouca formação para elaboração de relatórios narrativos e financeiros.
- Pouco tempo para tirar dúvidas.
- Em alguns casos, as presidências das associações não participaram da formação presencial e, portanto, não puderam assinar a procuração, o que gerou atraso no processo. Também foi avaliado como negativa a participação de poucas pessoas por cada associação. No caso da formação online, nem sempre as representações das associações conseguiam estar presentes nas sessões (dificuldades de acesso à internet). Para alguns, ter a formação online em dias diferentes dificultou a participação.
- Quanto ao conteúdo administrativo-jurídico: Talvez haja uma resistência em cumprir uma burocracia - não é que as pessoas não saibam, talvez elas não queiram. Mas é importante conhecer o sistema para desafiá-lo. Implementar os direitos não é uma questão fácil de ser abordada num curso, depende de realidades específicas. Curso de apenas uma semana é curto demais para isso.
- Na avaliação de algumas OIs, faltou maior presença da COIAB.
- Formação virtual fica muito rasa, não tem tempo suficiente, a participação das pessoas fica comprometida; há também problemas técnicos, quem já é tímido não se solta. Perde-se muito em internalização de conteúdo e tem pouco tempo para as pessoas falarem.
- Precisamos de mais metodologias e tecnologias para facilitar o processo de formação virtual. No entanto, quanto mais tecnologia, mais capacidade de manejo é necessária, o que pode ser mais difícil. A falta de internet boa e de domínio das tecnologias foi um dificultador.
- Não foi possível avaliar a aprendizagem, compreender como o sujeito que aprende está lidando com o processo para buscar olhar para as lacunas. Entende-se que regularização faz parte do fortalecimento institucional, mas não foi possível ter retorno na formação.

- Dificuldade de ler, escrever e falar em português.
- Formação online é cansativa quando concentrada. Curso podia ser mais longo com menos tempo por dia/ aulas. Importante ter intervalo nas aulas. Por outro lado, algumas OIs avaliaram que o tempo da formação foi pouco e que faltou mais informação.
- A pontualidade dos participantes deixou a desejar na formação online.
- Os participantes precisam ter compromisso de ir até o final nas formações.

Aprendizados, desafios e recomendações

Aprendizados das OIs:

- A formação presencial funciona melhor que a virtual.
- A formação qualifica para conseguir outros apoios.
- Ganho de confiança com outras associações, troca de experiências, conhecer as dificuldades umas da outras.
- Formação foi útil para explicar a importância da associação para as comunidades (dialogar com a base tendo mais conhecimento) e para saber como manter a associação em dia, olhar para a sustentabilidade e organização interna da associação.
- Importante aprender sobre gestão de associação e legislação e como exercer o controle social de políticas públicas.
- Trouxe nova perspectiva para as associações e comunidades e tomada de consciência para gestão da associação.

Aprendizados e desafios da CESE e da assessoria jurídica:

- A CESE avançou no aprendizado de como fazer formação para indígenas.
- Conseguiu se conectar, mesmo sediada longe, trabalhando com muitos públicos.
- O enfoque freiriano que a CESE utiliza funcionou bem, soube aplicar na realidade indígena.
- Foi importante ter uma pessoa na equipe da CESE com experiência de trabalho com povos indígenas.
- O diálogo permanente com a COIAB ensinou a CESE como trabalhar com o público indígena.
- As dinâmicas ajudam as pessoas a se soltarem e a participarem mais.
- As vivências (tempo de intercâmbio de representantes de organizações indígenas na CESE) deixaram grande aprendizado.
- É necessário ter mais espaço para o módulo orçamento/memória de cálculo/ prestação de contas, que se apresenta como uma dificuldade específica.
- É importante manter um espaço de conversa só para as mulheres.

- Acesso à língua e escolaridade também faz diferença, precisa de requisitos para entender a linguagem técnica.
- Posição entre a resistência em ser colonizado e o desafio de aprender isso e desafiar - é preciso tempo e processo para amadurecer. É preciso vivenciar os serviços jurídicos para se tornar um agente político nesse âmbito.
- Como ganhar tempo nas formações virtuais considerando as culturas indígenas nos processos iniciais de abertura, acolhimento etc?

- COIAB deveria atuar mais nas regiões e consultar as bases para ampliar os apoios, melhorar a comunicação com a base.
- Definir ponto focal para acompanhar projeto com CESE.
- Equipe da COIAB deveria ministrar conteúdo nas formações.
- Deixar mais claro quem são os parceiros da COIAB e abrir espaço para associações participarem dos planejamentos.

Recomendações das OIs:

Para a COIAB:

- Retomar o Centro Amazônico de Formação Indígena (CAFI) com parceiros.
- Formação continuada.
- Formação para jovens lideranças - Espaço de formação de jovens mais amplo que cursos, com intercâmbios, assembleias e no cotidiano na aldeia.
- As OIs precisam de formação em informática.
- Formação e participação da COIAB na base, nas aldeias.
- Formação em políticas públicas e em política partidária p/ as mulheres e jovens.

Para a CESE:

- Ampliar a participação de mulheres e jovens (talvez estipulando cota).
- Dar continuidade à formação com a mesma metodologia utilizada.
- Ampliar a formação para OIs que não participaram, oferecer mais vagas para cada associação (tesoureiro, secretário...).
- Manter o encontro de mulheres na formação.
- Oferecer formação para elaboração e gestão de projetos.
- Fazer as formações nas bases, em locais estratégicos.

"Aumentou a nossa autoestima porque já sabemos escrever um pequeno projeto e sabemos o que não fazer em uma associação."

(Sônia da Silva Vilácio - AMISM)

"A formação abriu a mente dos presidentes."

(Paulo Dollis Barbosa da Silva - UNIVAJA)

"A Cese foi um oxigênio para nós se levantar."

(Manoel Barbosa da Silva - ASDEC)

7.3. Assessoria jurídica

Como aconteceu

Após a formação, a assessoria jurídica pedia de cada associação os documentos iniciais; marcavam momentos de conversa (à distância) para orientação. Depois preparavam um primeiro parecer sobre a situação de cada associação, que enviavam para a CESE e para o/a presidente da associação. Nesse parecer, diziam quais eram os passos que a associação deveria cumprir para se regularizar.

Em seguida, preparavam um kit de documentos, incluindo uma minuta de estatuto (de acordo com a legislação vigente) para cada associação.

Aí era o momento das associações fazerem suas assembleias específicas e aprovarem o estatuto. Este era devolvido à assessoria jurídica para assinatura.

Logo, o/a presidente tinha que levar o estatuto para o cartório para ser registrado. Esse passo também era acompanhado pela assessoria jurídica até o registro final da associação.

O que funcionou bem

- Ter um advogado indígena foi considerado muito positivo pelas organizações indígenas.
- De maneira geral, apesar da distância e das demoras, a Assessoria Jurídica foi muito bem avaliada.
- As reuniões entre associações e assessoria jurídica funcionaram bem e deram sentido à entrega dos kits. As reuniões foram longas, mas necessárias para as lideranças se apropriavam do estatuto. Foram experiências gratificantes para a assessoria jurídica quando as OIs se interessavam e aproveitavam a interlocução.
- O parecer que justificava o que se colocava na minuta de estatuto era discutido com cada organização. Isso incluía uma informação dada de forma complexa, um assunto não tão fácil para ser lido e assimilado.
- A assessoria jurídica sempre teve o cuidado de oferecer um material não fechado, que poderia ser alterado pelas OIs.
- A metodologia de primeiro apresentar os documentos e depois conversar na reunião foi um acerto. A entrega dos kits (6 a 8 documentos) depois desse momento fez mais sentido.
- Em alguns casos, a assessoria jurídica conseguiu resolver a situação com os cartórios.
- O atendimento à distância para as OIs da terceira chamada funcionou bem.
- A criação do grupo de WhatsApp para acompanhamento da assessoria jurídica foi um acerto.
- OIs que respondiam rapidamente às solicitações da assessoria jurídica avaliaram que o processo fluiu bem.
- Em alguns casos, funcionou bem o trabalho colaborativo entre Assessoria Jurídica e advogado/a local.

"A assessoria jurídica estava sempre se comunicando conosco, mesmo quando a gente não respondia, assessoria jurídica mandava correspondência."

(Tania Aldenaeide Brandão Shanenawa - SHANEKAYA)

"Às vezes a assessoria estava mais preocupada que nós. Estava sempre nos lembrando, nos incentivando a encaminhar as coisas."

(Alfredo Barbosa da Silva Marubo - OAMI)

O que não funcionou tão bem

- O fato de que a assessoria jurídica era feita à distância. Seria bom que tivessem presença nas assembleias, porque muitas vezes só depois se descobre que ficaram pendências.
- Muito tempo gasto com idas e vindas de assinaturas e aos cartórios, tornando o processo de assessoria jurídica muito demorado.
- Algumas OIs não responderam à assessoria jurídica após esta enviar os kits, o que prejudicou o ritmo do trabalho.
- A dificuldade de comunicação das OIs com a assessoria jurídica.
- Em alguns casos, houve falta de disponibilidade das OIs (de seus dirigentes) para participarem de reuniões e de manterem comunicação com a assessoria jurídica, o que ocasionou remarcação de reuniões.
- Mudança de coordenações das OIs.
- Consultas contínuas à assessoria jurídica sobre temas diversos.
- Em alguns casos, ficou uma dúvida sobre falta de interesse.
- Quebra na comunicação quando a assessoria jurídica estava esperando a marcação da assembleia, o que tomou muito tempo dos advogados para retomar o assunto.
- Confusão entre assembleia do povo e assembleia da associação para aprovar estatuto, que tem exigências específicas para sua convocação.
- Dificuldade dos cartórios em aceitar os estatutos das OIs, colocando problemas muitas vezes pequenos e que poderiam ser facilmente resolvidos. Em alguns casos a assessoria jurídica fez pareceres para os cartórios buscando descolonizar e descomplicar, mas sem entrar em conflito, porque isso tomaria muito mais tempo.
- O tempo do projeto para a CESE muitas vezes não corresponde ao tempo real gasto pelas OIs para a regularização (houve processos que duraram dois anos).
- Algumas OIs avisavam o escritório da assessoria jurídica sobre as assembleias em cima da hora, inviabilizando o processo.
- Falta de resposta ao questionário enviado para saber a situação de cada OI (de 73 enviados, somente 6 responderam) dificultou o trabalho da assessoria jurídica.

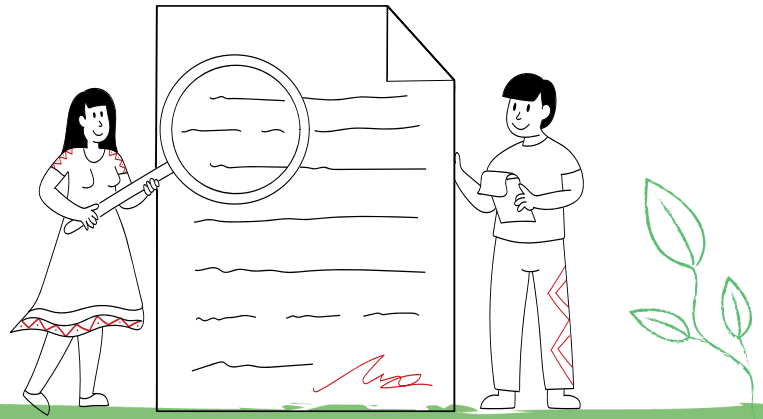
Aprendizados, desafios e recomendações

- O trabalho da assessoria jurídica requer um tempo longo, com custos financeiros e de processo (muito tempo de dedicação), porém com compromisso de acompanhamento até o final, o que garante a efetiva regularização das OIs.

- Buscar diálogo e parceria com a rede de advogados da COIAB - advogados das organizações estaduais atendendo as organizações de base. Seria bom ter advogados locais para acompanhar de perto o trabalho.
- O trabalho da assessoria jurídica não termina com o registro do estatuto, podendo se estender a novas questões que surgem no decorrer da ação.
- O tempo para assinaturas de documentos poderia ser diminuído com o uso de assinatura eletrônica/digital. Em alguns casos, isso funcionou.
- As OIs aprenderam que têm que observar bem como escrever os nomes das pessoas para depois não apresentar erro no cartório.
- A interação entre assessoria jurídica contratada e advogados/as locais vai sendo feito dentro do processo. É algo cuidadoso que precisa levar em conta aspectos de ética profissional, autoria, entre outros. Em alguns casos, funcionou bem.
- Divulgar no coletivo a agenda de reuniões de assessoria jurídica, como foi na terceira chamada, pode funcionar melhor do que marcar reuniões de forma individualizada, como foi na quarta chamada.
- Quando a OI assimila bem o processo, este avança de forma mais rápida e gera autonomia.
- A CESE aprendeu muito sobre regularização de OIs.

- Foi sugerida a elaboração de um manual de procedimentos administrativo-jurídicos para regularização das OIs. (Obs: Esse manual foi elaborado pela CESE e Assessoria Jurídica e distribuído para os participantes no encontro de avaliação em novembro de 2022).
- Fortalecer a rede de advogados da COIAB, podendo assim contar com mais advogados para atender a demanda de regularização das OIs.
- É fundamental ter Assessoria Jurídica para apoiar as OIs.
- É importante poder trabalhar com advogados indígenas, da COIAB e apoiadores.
- Foi importante dominar os conceitos administrativos e jurídicos para o funcionamento da associação.
- Membros da diretoria de associações que foram capacitados deveriam continuar colaborando - Necessidade de fazer bem as transições entre mudanças de diretorias.

- Quando se tem apoio institucional e financeiro, facilita o funcionamento.
- A COIAB poderia oferecer cursos para a elaboração e gestão de projetos, tendo a participação da diretoria e mais duas pessoas de confiança da comunidade.
- As OIs aprenderam a fazer convocatória para assembleias.
- Recomenda-se mais simplificação da linguagem dos cursos (embora tenha sido considerada adequada pela maioria das OIs).
- Recomendação para a COIAB: Realizar seminários sobre os direitos indígenas para os jovens; gravar vídeo sobre direitos indígenas; promover palestras online para jovens valorizarem a cultura (preocupação com os impactos das igrejas evangélicas nas comunidades).
- Fazer uma cartilha apontando os passos para se registrar uma associação e como mantê-la em dia, desde o edital de convocação até a lista de assinatura, saber quando é assembleia ordinária, quando é extraordinária, como fazer a ata, a lista dos associados, documentos dos associados, etc. E saber onde e quem procurar num caso de irregularidade (órgãos públicos e profissionais).



7.4. Elaboração dos projetos

Como aconteceu

Após a formação, cada OI apresentava à CESE seu projeto de apoio financeiro, elaborado em formulário específico. A representação da CESE responsável pela área analisava as propostas e assessorava as OIs até que a formulação estivesse de acordo com o roteiro e com o teto de recursos disponíveis.

Só então o projeto era formalmente enviado pela OI para a CESE e era cadastrado no sistema. Recebia então dois pareceres (do/a assessor/a responsável e do coordenador da área) e passava para a reunião de pauta, na qual a equipe de projetos da CESE tomava as decisões sobre cada proposta, após minuciosa avaliação.

Uma vez aprovados os projetos, cada OI recebia um contrato com a CESE, para assinar e devolver. Excepcionalmente, a CESE passou a receber esses contratos de forma eletrônica e não pelos correios, sobretudo no período da pandemia.

Celebrado o contrato, o recurso era repassado para a OI ou para a organização indicada por ela como responsável formal pelo projeto (no caso de OIs sem CNPJ).

A assessoria da CESE acompanhava a execução dos projetos (conversas por whatsapp, cartas, e ou reuniões online).

Finalizada a execução, cada OI apresentava à CESE os relatórios financeiro e de execução.

Ao final de cada processo de regularização (que nem sempre coincidiu com a execução do projeto) a assessoria jurídica emitia um parecer dando por finalizado aquele processo.

O que funcionou bem

- O exercício do/a assessor/a da CESE para fazer a memória de cálculo junto com as OIs, auxiliando no entendimento dos custos e no detalhamento do orçamento.
- Com a revisão do orçamento, algumas OIs conseguiram inserir outros ítens que inicialmente não estavam previstos.
- O acompanhamento do/a assessor/a da CESE, caso a caso, até que o projeto de cada OI estivesse claro o suficiente para ser aprovado e contratado. OIs avaliaram que o acompanhamento pela CESE foi feito rápido e com orientações suficientes.
- Nas últimas chamadas, as reuniões online feitas com grupos de projetos pelo assessor da CESE.
- Quando se conseguiu reunir um grupo de projetos em ponto de aprovação deu agilidade ao processo na CESE (reunião de pauta específica e consequente envio dos contratos).
- O apoio de parceiros locais (organizações indígenas e indigenistas) tanto na elaboração do projeto como em sua execução.
- Os casos em que a OI já tinha um contador/a que podia levantar com precisão as dívidas da associação.
- OIs avaliaram que o roteiro para elaboração é de fácil compreensão.
- O método da CESE ajuda a escrever projetos para outros financiadores.

O que não funcionou tão bem

- Em alguns casos, faltou o pleno entendimento das OIs sobre o que necessitavam para sua regularização (tanto no caso de OIs novas quanto naquelas que estavam inativas). No caso de algumas OIs que estavam sem gestão, a nova diretoria não sabia em que situação ela se encontrava.
- Elaboração do orçamento - dificuldade para fazer memória de cálculo, falta de detalhamento e falta de informação suficiente (por exemplo, saber as dívidas reais da OI).
- Ter contador/a disponível para orientações.
- Em alguns casos, a dificuldade das OIs para encontrarem contador/a de confiança.
- A demora na chegada dos projetos impossibilitou à CESE, muitas vezes, de fazer a aprovação de um conjunto de projetos numa reunião de pauta específica, tornando o processo mais lento (aprovação de um projeto por vez).

- Em alguns casos, os projetos ficaram pendentes por longo tempo, até conseguirem ser aprovados e contratados pela CESE.
- Houve casos em que o contrato perdeu a validade pelo tempo de espera para assinatura pelos respectivos dirigentes das OIs (ou de seus aliados responsáveis pela recepção dos recursos).
- O processo de assessoria para a elaboração dos projetos tomou muito tempo da CESE, exigindo atenção individualizada a cada OI.
- Dificuldade de algumas OIs para apresentação dos relatórios de atividade e financeiro.
- Não é da cultura indígena preencher roteiros, com linguagem formal, técnica e onde tem palavras que não se compreende.
- Dificuldade das OIs para conseguir determinados dados que estão no roteiro - ex: número de pessoas no território.

"Depois de tudo assinado, o portador tomou uma chuva e os documentos foram danificados por conta da chuva."

(Mego Waiãpi - AWATAC)

"Não imaginava que a pessoa que comporia a diretoria tinha que ter todos os documentos, tivemos que correr atrás disso."

(Maria Divanira de Sousa Medeiros - ARAPIUNS)

Aprendizados, desafios e recomendações

- O tempo de execução dos projetos nem sempre é o tempo real da regularização das OIs.
- A comunicação é fundamental e a falta de internet emperra os processos. Seria o caso de, em futuros projetos dessa natureza, incluir apoio às OIs para acesso à internet?
- Acompanhamento individualizado por parte da CESE é necessário tanto na elaboração como na execução dos projetos de regularização das OIs.
- O acompanhamento no momento da elaboração ajuda os grupos a entenderem melhor o roteiro do projeto e a terem mais firmeza em relação à sua proposta.
- Recomendação das OIs para a CESE: a parte no roteiro relativa ao orçamento, que às vezes inclui cotação de preços, precisa ficar mais clara.
- OIs solicitam que haja contador/a disponível para orientá-las na elaboração do orçamento.
- Sugestão de que os projetos possam ser apresentados em formato de vídeo.
- Nos relatórios financeiros as planilhas devem permanecer em word já que a maioria das OIs não domina o Excel.

7.5. Questões de execução

O que funcionou bem

- Algumas OIs conseguiram finalizar seu projeto de regularização no tempo previsto.
- O acompanhamento da CESE feito individualmente (para cada OI) e em grupos de OIs ao longo da execução.
- Atendimento rápido, imediato e individual às organizações indígenas e bom retorno por parte da CESE.
- A articulação com outras instituições parceiras foi fundamental para algumas OIs no processo de execução do projeto.
- Flexibilidade da CESE na execução do recurso.
- Fortalecimento da autonomia na escrita e gestão dos projetos.

O que não funcionou tão bem

- Em muitos casos nos quais houve transição de diretoria, a antiga não fez o repasse para a nova. A falta de comunicação entre as gestões trouxe problemas para a prestação de contas e para elaboração do relatório.
- Em alguns casos, houve falta de diálogo e de planejamento entre a organização parceira que recebeu os recursos e a OI beneficiária, o que prejudicou e atrasou a execução das ações.
- Em outros casos, a organização formal parceira que recebeu o recurso executou de forma direta as ações, com pouco envolvimento das OIs beneficiárias.
- Dificuldades de realizar pagamentos com o sistema da organização proponente, em alguns casos. Em outros, falta de consenso e acordo com a organização proponente em relação ao uso dos recursos.
- Dificuldade para coletar assinaturas das atas (distâncias; caso em que a ata caiu no rio).
- Morosidade dos cartórios na análise e registro das atas e dos estatutos. Em alguns casos, atitude de preconceito dos cartórios em relação aos indígenas.

"Comida tradicional, barqueiro, serviço de terceiros que não pode emitir nota fiscal é algo negativo porque não incentiva a economia local."

(Elizangela da Silva Costa - AMIARN)

- Demora na tramitação via correios de assinaturas entre as OIs e a assessoria jurídica.
- Dificuldade de comunicação com atores-chave do projeto, como assessoria jurídica e contabilidade, gerando problemas do monitoramento do projeto por ser à distância.
- Dificuldade de muitas OIs para encontrar contador/a de confiança e com experiência.
- Um percentual significativo de associações teve dificuldades para apresentar relatórios financeiros.
- Atrasos nas entregas dos relatórios (de atividade e financeiro) e na finalização dos projetos.
- Descompasso de valores de honorários e falta de linguagem comum entre os contadores.
- Ausência de quadros com funções administrativas dentro das organizações.
- Não poder ter fornecedores que não emitem nota fiscal pois não fortalece os produtores locais.
- Taxas administrativas aumentam custo do projeto.
- Dificuldade de fazer registros importantes (atas/relatório) e sistematizar informações.
- Utilização do recurso de forma incorreta.

"Não se fortalece os produtores locais quando não se pode comprar deles."

(Josimara Melgueiro de Oliveira - FIRN)

Aprendizados, desafios e recomendações

- Contar com uma rede de contadores/as com conhecimento e envolvimento com as OIs é fundamental para a boa execução do processo de regularização e de saída da inadimplência. É essencial contar com assessoria contábil na formação, elaboração e execução do projeto.
- É importante que as organizações formais (parceiras que recebem os recursos) e OIs beneficiárias tenham um plano de ação claro e compartilhado, para a boa execução do projeto até sua finalização com relatórios financeiro e de atividades.
- Assinaturas eletrônicas (das OIs e dos advogados) poderiam abreviar o tempo de tramitação dos documentos.
- Nas formações é necessário ter mais detalhamento no módulo de elaboração do orçamento.

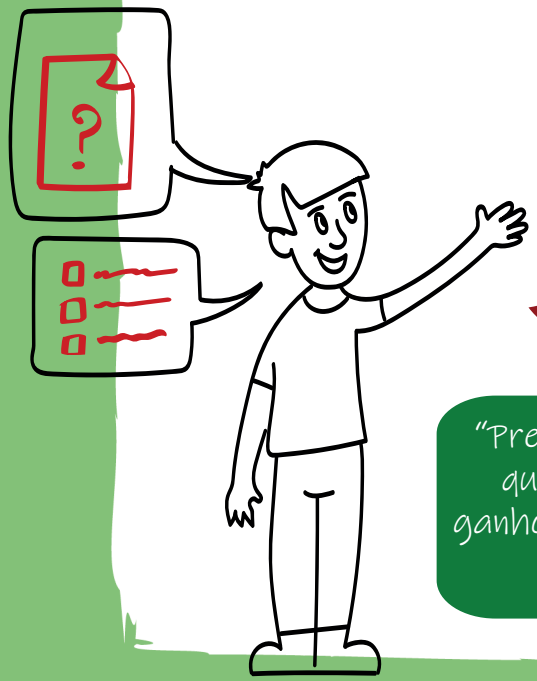
- Realizar monitoramento bimestral dos projetos ajuda a evitar que as dificuldades se acumulem e que a execução se arraste.
- A comunicação por email não é eficaz com as OIs. O melhor meio é o WhatsApp.
- O monitoramento contínuo, embora signifique um investimento maior de tempo, resulta no fortalecimento das OIs em relação à execução dos projetos e à prestação de contas.
- A definição de um ponto focal na COIAB facilitou muito o acompanhamento e o planejamento conjunto das ações CESE-COIAB.
- Como continuar acompanhando as OIs, pós regularização?
- Como as OIs podem evitar voltar a cair na inadimplência?
- Atualizar valor de teto dos projetos (defasado).
- Encontrar formas para que comunidades que não falam português possam acessar a chamada e executar os projetos. O apoio das organizações indigenistas parceiras foi fundamental para esse acesso.
- Executar o projeto gerou aumento da confiança nas bases/aldeias.
- Os/as presidentes das associações têm que ter responsabilidade e tomar a frente para animar os demais.
- Ter um contato no cartório ajuda a agilizar a tramitação dos documentos.

"A gestão das organizações exige muita dedicação. Às vezes a pessoa fica tendo que desistir da vida familiar, por exemplo."

(Elizangela da Silva Costa - AMIARN)

"A cada vez que vamos mexendo na comunidade estamos tendo um retorno positivo, estamos ganhando a confiança das bases."

(Manoel Barbosa da Silva - ASDEC)



"Precisamos nos organizar e cuidar da Associação como se fosse um filho."

(Tetulino Francisco Mendes - ACIU)

"Presidente da associação tem que declarar seus gastos e ganhos, isso tem que ficar claro."

(Elizangela da Silva Costa -AMIARN)

8. Projetos de apoio à gestão e comunicação

Foram apoiados 11 projetos de apoio à gestão e à comunicação. A maioria solicitava apoio para internet (pagamento de serviço, compra de equipamento) de forma a melhorar a comunicação interna e externa da OI. Também atividades de formação para gestão e reuniões com as bases.

"É importante ajuda de custo para os dirigentes das associações para que eles tenham condições de fazer a gestão da associação."

(Jaime Moura Fernandes - MEIAM)

"É necessário um certo esforço na hora da execução do projeto. A organização amparada precisa tomar certas iniciativas para o projeto acontecer."

Joaquim Alves Rodrigues - ARAPIUNS)

"A falta de autonomia faz com que as pessoas da associação se submetam a situações que não agregam para os objetivos da organização. Ex: Assédio político e religioso."

(Manoel Barbosa da Silva - ASDEC)

9. Projetos de apoio às Organizações de Mulheres Indígenas para comunicação

Foram convidadas 15 OMIs para apresentarem projetos na área de comunicação e a CESE ofereceu uma formação virtual específica para as representantes de 15 organizações de mulheres indígenas. A formação trabalhou os temas:

- Mulheres indígenas e participação política
- Mulheres indígenas e violência
- Mulheres indígenas, comunicação e memória
- Elaboração de projetos

Para os três primeiros, foram convidados especialistas indígenas para dar a formação; o tema de elaboração de projetos ficou a cargo da equipe CESE. A formação foi considerada ótimo ou muito boa nos aspectos de metodologia, conteúdo, temas escolhidos, palestrantes e envolvimento do grupo. Todas gostariam de ter formações presenciais, para possibilitar maior intercâmbio entre elas.

Sugestões de outros temas para novas formações: saúde da mulher indígena, empreendedorismo (saber lidar com compras e vendas, com dinheiro), mudanças climáticas, soberania alimentar, meio ambiente, contribuição das mulheres indígenas na educação, gestão e elaboração de projetos, gestão financeira, cultivo da terra, medicina. A maioria das mulheres participantes solicitou maior aprofundamento nos temas de participação política e de violência contra a mulher.

Ao final, foram apoiados 4 projetos, com foco nos seguintes temas: intercâmbio entre mulheres de Terras Indígenas de diferentes estados; pesquisa sobre as práticas e fazeres das mulheres, com a produção de texto e material fotográfico; formação em tecnologias de informação e de comunicação; articulação de mulheres indígenas jovens para discussão sobre políticas públicas que as afetam.

Houve menos procura por Organizações de Mulheres Indígenas do que era esperado. Algumas OMIs não puderam concorrer a esse recurso porque já estavam executando um segundo projeto com a CESE.

"A formação oferecida pela CESE foi útil pois me trouxe conhecimento, ganhamos confiança, nós ganhamos visibilidade que antes não tínhamos, nos ajudou a dar um passo à frente."

(Maria Divanira de Sousa Medeiros - ARAPIUNS)

"A associação das mulheres foi fortalecida, e hoje faço várias reuniões, não apenas com as que estão associadas, eu trabalho muito com essa formação que tive. Muitas das vezes fazemos associação esquecemos dela, mas não é assim."

(Marli Peme Arara - MAPAYRAP KARORAP)

"A formação ajudou para entendimento sobre direitos das mulheres, e isso ajudou muito no enfrentamento da violência."

(Maria Divanira de Sousa Medeiros - ARAPIUNS)

"Foi muito importante participar. Consegui, após a formação, acessar o projeto. A partir dessa formação criamos uma página da Amina e hoje há uma jovem comunicadora fazendo esse suporte."

(Maria Helena Gavião/AMIMA/UMIAB)

"Mais mulheres se aproximaram da associação."

(Maria Divanira de Sousa Medeiros - ARAPIUNS)

"Passamos a participar mais e a nos aproximar dos espaços do movimento indígena."

(Maria Divanira de Sousa Medeiros - ARAPIUNS)

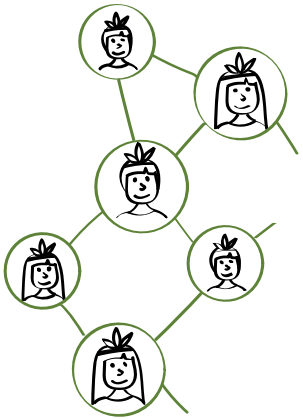
"Muito bom ter edital para projetos só para mulheres."

(Elizangela da Silva Costa - AMIARN)

10. Resultados

Fortalecimento da articulação com outras organizações, credibilidade e visibilidade:

O processo de regularização gerou mais respeito e credibilidade para as OIs frente a outras organizações, e a parceria com a Cese e a Coiab passou maior credibilidade junto a fundos e parceiros.



"A CESE abriu portas pra gente."

(Sônia da Silva Vilácio - AMISM)

Ampliação da capacidade de incidência política/ Incidência em Políticas Públicas:

Vários exemplos de participação em Conselhos e em reuniões com prefeituras.

Renovação e retomada do movimento:

O processo também animou as pessoas no movimento e possibilitou um maior sentimento de pertencimento das organizações de base à rede COIAB.

Aumento da participação dos membros:

O trabalho de regularização levou à maior visibilidade e reconhecimento da OI pelos seus membros. O processo de reuniões e assembleias uniu mais os povos, ampliou - mesmo ainda com algumas dificuldades - a participação. Os membros das diretorias assumiram mais responsabilidades junto às organizações. Destaque para o envolvimento da juventude.

"O envolvimento dos jovens levou à parceria com o projeto Olhares da Floresta."

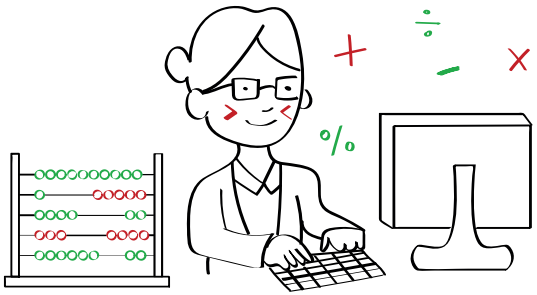
(Maria Divanira de Sousa Medeiros - ARAPIUNS)

"A Assembleia da ARPIT em 2021 envolveu muito a juventude e hoje, depois da assembleia, eles mantêm um grupo de revitalização da cultura. Os primeiros jogos na universidade, eles participaram com apresentações. Também tem presença de jovens na diretoria. O movimento dos jovens motivou toda a comunidade de cinco aldeias, inclusive os anciãos que estavam desmotivados."

(Vanicleisson Dias Karajá Amorim - ARPIT)

Gestão/organização interna:

- Contribuiu no entendimento que, para ter uma associação funcionando, precisa que os associados compreendam questões administrativas e legais do país. Precisa ficar atento aos impostos, documentos, assembleias... Levou a maior responsabilidade dos gestores quanto à regularização.
- Promoveu aprendizagem de gestão de projetos na prática.
- Proporcionou que as OIs desenvolvessem mais autonomia na gestão.



"O projeto foi uma aula prática, pois exigiu tudo, que elaborasse, executasse e prestasse contas, o que preparou para outros projetos."

(Tânia Aldenaeide Brandão Shanenawa - SHANEKAYA)

"Hoje a AMIARN tem conta própria e movimenta seus recursos diretamente, com destaque para os diretores financeiros que têm realizado todo o trabalho de prestação de contas, especialmente o trabalho de uma jovem, Ana Gabriela Baré, de 19 anos, que é tesoureira da AMIARN. Ela faz a gestão financeira de todos os projetos, também faz o monitoramento mensal com o contador e sempre extrai a certidão negativa para confirmar a adimplência."

(Elizangela da Silva Costa - AMIARN)

Comunicação:

Algumas OIs investiram mais em comunicação compreendendo sua importância para defesa dos territórios.

Parcerias e captação de novos projetos:

Muitas OIs relataram o apoio a novos projetos após a regularização. Alguns exemplos:

- A Associação Yushatxu e a Matpha firmaram parcerias importantes após sua regularização e ambas acessaram projetos, tanto da CESE como de outras organizações como FLD-COMIN, Fundo Casa, ICS, IPAM, In Fronteira, AYNI.

- A APIJ é hoje uma referência no município de Humaitá, atualmente ela recebe recurso direto em sua conta. Atualmente executa 8 projetos, com um valor geral de 800 mil reais. Conseguiram ter uma pessoa para trabalhar com SIG, participam no debate sobre mudanças climáticas, fazem o curso de agentes ambientais e acessaram um projeto para formação de mulheres e um projeto de comunicação chamado "Vozes da Mata".

- A AMIARN, também avançou na formalização de novas parcerias, em especial com o Fundo CASA, FIRN e outros projetos com a própria CESE. Além disso, contribuem financeiramente com a FOIRN e são membras de outras organizações.

- A ACIU conseguiu finalizar o processo de regularização e, a partir disso, acessar um recurso com a Secretaria de Cultura do município, no valor de 20 mil reais, para a construção da sede; executaram e já prestaram contas. Em um edital do Estado do Fundo de Promoção Social foi aprovado um projeto da ACIU para estrutura da sede, no valor de 136 mil reais, com termo assinado e recurso em conta para a execução. Também tem parceria sendo construída com a universidade para turismo e criação do centro cultural. A AmazôniaTur também esteve com a associação e solicitou uma proposta, que já foi apresentada.

- O Instituto Ngutapa teve uma experiência de acessar outros recursos e até mesmo entrar como proponente de projetos para contribuir com outras organizações, como a OGPTB.

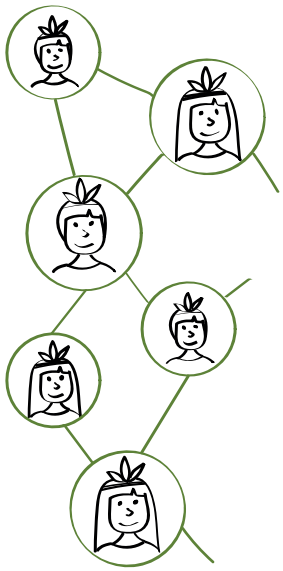
Iniciativas de sustentabilidade:

Alguns exemplos de como as OIs estão se organizando para manter sua sustentabilidade financeira:

- A Organização das Mulheres Indígenas do Povo Arapiuns estabeleceu uma contribuição mensal das associadas, também organizam bingos para custear as despesas institucionais da associação e as viagens para representatividade em eventos. Além disso, conseguiram novas parcerias para projetos.

- A associação das mulheres Karo Arara está trabalhando para o fortalecimento do artesanato, comprando das artesãs e vendendo em eventos, como um tipo de fundo rotativo que ajuda na sustentabilidade da associação e gera renda para as mulheres.

  AMIARN: as 55 mulheres pagam uma contribuição mensal de cinco reais e se não conseguem, podem passar um quilo de alimento que a organização vende e reverte para as mensalidades.



Resultados para a COIAB e para a CESE:

- O projeto possibilitou maior reativação da conexão entre COIAB e as OIs de base.
- Reforçou a relação de confiança entre COIAB e suas bases.
- Para a CESE, proporcionou maior conhecimento do universo indígena amazônico. A maior proximidade da CESE com as OIs de base permitiu conhecer melhor suas lutas por direitos e apoiá-las na reflexão sobre como se fortalecer.
- As OIs que acessaram segundo financiamento da CESE e/ou outros projetos demonstram que a regularização possibilitou acessar a gerenciar recursos com autonomia e de forma direta.

Riscos e desafios:

- O maior risco identificado pelas OIs é a de que as associações voltem a cair na inadimplência, como já está ocorrendo com algumas delas. A COPING havia finalizado seu processo de regularização, mas, com a mudança de diretoria e problemas com a gestão e o monitoramento de projetos que ficaram pendentes, encontra-se novamente inadimplente.
- Um desafio é o equilíbrio entre apoiar a regularização, porém sem que isso seja um incentivo para a formalização das OIs de maneira geral, o que nem sempre é o caso. Para os parceiros, um desafio é procurar compreender o significado de cada associação para o povo ou a TI, de maneira a ter critérios claros do que apoiar e do que não apoiar, em termos de regularização.

Realização

Apoio